

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16216 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

Docência e questões de gênero na escola em Montenegro

Monaliza Furtado - FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

DOCÊNCIA E QUESTÕES DE GÊNERO NA ESCOLA EM MONTENEGRO

RESUMO: O texto trata sobre docência e questões de gênero na escola em Montenegro, destacando as mobilizações e ataques sofridos, assim como minha trajetória na militância por respeito à diversidade na escola. A fim de construir minha pergunta de pesquisa de mestrado, coordenei três rodas de conversa com professores e professoras de Montenegro, momento em que debatemos possibilidades e desafios sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero na escola. Mobilizações. Docência. Conservadorismo.

Este trabalho reflete sobre a docência, desafios e motivações para tratar das questões de gênero na escola. O texto enfoca a docência, considerando parcerias e eventos de discussão e formação sobre o tema gênero e educação, a partir de vivências na rede municipal de ensino de Montenegro. No texto conto também minha trajetória e encontros com as discussões de gênero na educação, na cidade de Montenegro.

Em outubro de 2023, a ex-secretária da Educação Rita Carneiro Fleck, Diretora de Departamento da Secretaria Municipal de Educação (SMED) da cidade de Montenegro, relatou em conversa que houve disputas com relação aos termos utilizados para questões de gênero e raça durante as discussões sobre o Plano Municipal de Educação (PME). Segundo ela, a Câmara de Vereadores, na época da aprovação do PME (Montenegro, 2015), suprimiu os termos etnia, sexualidade e gênero, e os substituiu por “direitos humanos”. Como havia um prazo para a promulgação da lei e não havia tempo para mais disputas, a comissão responsável pelo PME (2014-2024) valeu-se da Nota Técnica 01/2016 que traz a seguinte redação: “Inclusão: Elaborar propostas curriculares que incluam como temas transversais as questões de direitos humanos, gênero e sexualidade, de modo a estimular as discussões sobre formas de superar preconceitos, em regime de colaboração entre Seduc-RS, SMEC, instituições de Ensino Superior e mantenedoras de instituições privadas” (Montenegro, 2016).

A referida Nota Técnica tinha no Fórum Municipal de Educação o respaldo para a sua aprovação. Na época, quase todos os municípios vizinhos retiraram o termo “sexualidade” dos seus planos municipais, por imposição das suas câmaras de vereadores. No município de Montenegro, embora tenham sido suprimidos os termos citados acima, o texto foi corrigido com a Nota Técnica. Em conversa com a autora, em junho de 2023, a professora Rita Fleck

acrescenta ainda: “na época, havia algumas correntes de pensamento ‘cristão’ que rebatiam a questão da sexualidade”.

Nesse contexto, é essencial investigar as razões que limitam a implementação das diretrizes legais relacionadas à diversidade de gênero nas práticas pedagógicas.

Os últimos anos, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, foram de intensos conflitos sobre o tema, e embora tenhamos avançado na implementação de políticas e legislação na educação, ainda percebemos um ambiente escolar que carece de práticas efetivas com relação ao respeito à diversidade.

Nessa direção, a questão principal da pesquisa em andamento refere-se à prática docente e pretende investigar: **como construções e ações coletivas repercutem na prática docente em relação às questões de gênero na escola?**

Desde há muito tempo os escritos de Paulo Freire dizem sobre a importância dos movimentos sociais, sobre a educação como ato político e um dos seus mais lidos livros, o “Pedagogia do Oprimido”, quando trata de educação libertadora, refere a importância das ações conjuntas: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 2005, p. 52).

Considerando a legislação comentada, pressupõe-se que ela garante que os professores e professoras contemplem, nas suas práticas, as questões de diversidade, especialmente questões de gênero. Mas, será que isso acontece, e como? Ao longo de 25 anos dedicados à educação pública, experienciei diferentes ambientes escolares. Surge, então, a indagação sobre os motivos pelos quais essa abordagem não ocorre de maneira efetiva.

Na época da pandemia da Covid-19, em 2021, ao mesmo tempo em que atendia meus alunos de modo remoto, criei uma série de vídeos que intitulei de “Educação e seus tabus”, tendo como objetivo instigar outros educadores; pesquisei autores que tratavam do tema, entrevistei pessoas, promovi *lives* e, com ajuda de amigos, produzi quatro vídeos: *Feminismo e Educação*, *Antirracismo e Educação*, *Gênero, Sexualidade e Educação* e *Padrões de Beleza e Educação*. É possível conferir o material produzido no canal do You Tube.

Cito um projeto que desenvolvi para uma Mostra do Município com o título “É de menino ou de menina? Refletindo sobre gênero na Educação Infantil” em 2019.

Em outubro de 2018, uma cidadã organizou um ataque nas mídias (Facebook) e fez uma denúncia (não protocolada) à Câmara de Vereadores; na ocasião um dos vereadores “comprou” a ideia e visitou a Secretaria de Educação com o argumento de que o projeto “É de menino ou de menina, refletindo sobre gênero na Educação Infantil” tratava da tal “ideologia de gênero”, e que a Secretaria da Educação teria responsabilidade nisso. A SMED, na época, não aceitou a denúncia.

O projeto tinha como principal objetivo refletir sobre padrões que são impostos às

crianças e que limitam as possibilidades de escolhas de meninos e meninas, revelando *scripts* de gênero construídos desde a primeira infância. Nas redes sociais, onde o projeto foi mencionado como “doutrinador” e que continha apologia à “ideologia de gênero”, muitos educadores compartilharam e colocaram suas considerações sobre a relevância do projeto para a educação do município e demonstraram solidariedade. Mas, os ataques vão desmobilizando práticas que abordam questões de diversidade na escola, e trazem para o ambiente da escola o medo e o silêncio sobre a importância e a urgência de tratar desses temas. Embora a escola não tenha como premissa repetir a educação de casa, como afirma Seffner (2020), muitas famílias acreditam que isso deve acontecer.

Jane Felipe (2000) realizou uma pesquisa sobre livros e revistas pedagógicas que circulavam em Porto Alegre em meados do século XX e tinham como objetivo a formação de meninos e meninas. Ela destaca o grande apelo ao cerceamento dos corpos, uma constante vigilância à sexualidade considerada perigosa, e uma grande exigência de maior recato, obediência e moralidade às meninas. (Felipe, 2000).

Como alternativa para construir a pergunta de pesquisa do mestrado, foram realizadas rodas de conversa com professores e professoras de Montenegro sobre o tema: questões de gênero na escola. Apresentei a proposta em julho de 2023 à Secretaria Municipal da Educação (SMED). A proposta foi logo aceita e o apoio da SMED às rodas de conversa foi firmado. Realizamos as rodas de conversa no segundo semestre do ano de 2023, sendo três encontros com duração de duas horas cada: uma em agosto, depois em outubro e a última em novembro. Esta última roda já foi desenvolvida com a proposta de interseccionalidade, tratando da questão racial, no mês da consciência negra, com professoras e professores do município de Montenegro. Pelas falas e discussões com os e as professores e professoras confirmamos uma ideia inicial sobre o quanto as questões de gênero permeiam o ambiente da escola, da Educação Infantil ao Ensino Médio; os desafios e práticas realizadas sobre o tema apresentam êxitos e muitas dificuldades também.

Além disso, apresentamos nas rodas de conversa documentos desde a Constituição Federal destacando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Plano Nacional da Educação, na Base Nacional Comum Curricular, no Plano Municipal de Educação, dentre outros, trechos que tratam sobre a liberdade de ensinar, questões de respeito à diversidade e combate ao preconceito e discriminação.

Um ponto relevante da primeira roda foi a quase unanimidade sobre a urgência de tratar das questões de gênero na escola, ao mesmo tempo em que o tema é considerado complexo e difícil, tanto por conta dos ataques sofridos por alguns professores e professoras quanto pela falta de acesso a conteúdo de formação. Medo e preocupação foram palavras mencionadas no debate e a hipótese de juntar forças e estudar o tema em conjunto se apresentou com uma rica possibilidade.

Iniciamos a segunda roda com uma sucinta apresentação de cada participante, momento em que expressaram suas expectativas sobre o evento. Mais uma vez, educadores e educadoras contaram diversas situações em que tiveram que lidar com o tema na escola, e que

em muitas dessas vezes não sabiam qual a maneira mais adequada de intervir. A partir das falas dessa primeira rodada já foi possível observar e debater sobre questões sexistas presenciadas ou ditas por nós e o quanto existe a necessidade de desconstruir pré-concepções sobre gênero e sexualidade.

A análise das rodas de conversas revela uma necessidade compartilhada de estar junto, destacando um objetivo principal de fortalecimento e amparo mútuo diante dos desafios que as discussões sobre gênero na escola podem apresentar. A busca por apoio coletivo reflete a compreensão de que as temáticas de gênero são muitas vezes complexas e podem envolver resistência ou desconforto por parte de alguns. Assim, a articulação coletiva emerge como um recurso essencial para enfrentar e superar esses desafios, promovendo um ambiente mais inclusivo, solidário e enriquecedor para todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

FELIPE, J. S.. Infância, Gênero e Sexualidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.25, n. 1, p. 115-131, jan./jun. 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MONTENEGRO. **PME na Prática: Avaliação e Monitoramento 2015/2019**. Montenegro: 2016.

MONTENEGRO. Secretaria Municipal de Educação (SMED). **Plano Municipal de Educação (PME)**. Montenegro: 2015.

SEFFNER, F. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Retratos da Escola**, v. 14, p. 75-90, 2020.